

Bíblia e tradução: João Ferreira D’Almeida e a construção da lusofonia
Bible and Translation: João Ferreira D’Almeida and the Construction of Lusophony

HERCULANO ALVES¹

Resumo: O autor parte de certos testemunhos nacionais e estrangeiros acerca da importância da língua portuguesa no oriente asiático como *língua franca* entre povos e culturas, nos séculos XVI-XVIII. A partir daí, fala dos «veículos da lusofonia» (os políticos, os missionários, os comerciantes e a mestiçagem). No capítulo 3 apresenta a atividade missionária de João Ferreira de Almeida e sobretudo a sua Bíblia, a primeira traduzida em língua portuguesa. O autor refere ainda o culto religioso calvinista em português em Batávia, capital holandesa no Oriente, como um contributo para a lusofonia. Mas um dos elementos mais importantes da lusofonia no Oriente foi a própria Bíblia de Almeida e muitos outros livros em português, sobretudo gramáticas e livros religiosos: catecismos, livros de oração, etc.

Palavras-chaves: J. F. de Almeida; Bíblia; Lusofonia; Oriente.

Abstract: The author gives evidence to national and foreign proofs to reveal the importance of the Portuguese language in Asia which was a free language between people and cultures in the XVI-XVIII’s centuries. After that, he speaks about «vehicles of lusophony»: politicians, missionaries, merchants and also the cultural exchange that facilitated the mixing of human races. Chapter 3 presents the missionary action of João Ferreira d’Almeida. His Bible was the first translation of the holy book into the Portuguese language. The author also mentions the Calvinist cult in Batavia, the Dutch capital in East, as a contribution for the spreading of the Portuguese Culture (lusophony). The Bible of João Ferreira d’Almeida was fundamental for the assimilation of the Portuguese culture as many other books written in Portuguese, especially grammars and religious books such as catechisms and prayer books.

Keywords: J. F. Almeida; Bible; Lusophony; East.

¹ CLEPUL, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3947-0937>.

O desta comunicação versa sobre a influência da Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida, protestante calvinista, na lusofonia. Portanto, a nossa reflexão encaminha-se para uma influência apenas indireta e mediata de Lutero na cultura portuguesa e, concretamente, na lusofonia, já que o calvinismo tem a sua origem em Lutero.² O termo «lusofonia», por ser recorrente neste contexto, não carece de especial explicação; referimo-nos, no entanto, e somente, ao contributo que um protestante calvinista deu à disseminação da língua portuguesa, ao tempo da expansão ultramarina, sobretudo no Oriente.³ João Ferreira Annes d'Almeida não foi, certamente, o único ator no palco da lusofonia oriental, mas teve um papel de grande relevo no mesmo, com a sua tradução da Bíblia para português (c. 1650-1691).

1. Antecedentes e testemunhos

Os descobrimentos portugueses espoletaram variadas formas culturais no Oriente, sendo a expansão da língua uma das mais importantes e profundas, porque se prolongou no tempo, para além da presença de Portugal naqueles territórios orientais. Há, pois, entre estes dois fenómenos uma relação de causa-efeito: Almeida — e a sua tradução da Bíblia — foi apenas uma peça, ainda que muito importante, da epopeia da lusofonia no século XVII

e seguintes. Por outro lado, a expansão portuguesa é, ao mesmo tempo, o ambiente e a causa, a razão de ser desta tradução. Isto é, não poderíamos compreender a existência da Bíblia de Almeida sem a sua inserção no espaço (Oriente), no tempo e na cultura do evento dos descobrimentos.

É muito longa a lista dos testemunhos, tanto nacionais como estrangeiros, que atestam a presença da língua portuguesa na época da Expansão, sobretudo no Oriente (nos séculos XVI-XVIII ou ainda depois). Por isso, não consideramos aqui os testemunhos literários ou históricos referentes à África e ao Brasil, por merecerem um trabalho à parte e porque a Bíblia de Almeida é um produto, muito concreto, do húmus cultural português do Oriente.

Poderá considerar-se como um dado adquirido que a finalidade cultural, no sentido amplo da expressão do cristianismo, nunca esteve ausente da mentalidade e das preocupações dos grandes promotores dos descobrimentos, mormente dos reis dessa época. Há mesmo quem defenda que o anúncio do Evangelho constituiu o móbil essencial deste empreendimento. Sem nos alongarmos, vejamos alguns desses testemunhos.

² A propósito de assuntos que têm a ver com este título, veja-se o que escrevemos em Alves, 2004: 311-329; 2005: 701-720.

³ Sobre este autor, que foi o primeiro tradutor da Bíblia para a língua portuguesa, pode ver-se o estudo (tese de doutoramento) de Herculano Alves, *A Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*, 2006.

A melhor maneira de abrir esta página sobre a língua portuguesa no Oriente reside, certamente, num testemunho de Jaime Cortesão:

Às missões e mais que a nenhuma outra, à dos jesuítas, se deve quase tudo aquilo com que os portugueses contribuíram para a acção propriamente civilizadora na Ásia, durante esta época [séculos XVI-XVII], não esquecendo a continuação dos descobrimentos e a sua valorização científica, prolongados agora no interior dos continentes... (Cortesão, s. d.: 266)⁴

Já em 1512, Afonso de Albuquerque fundava em Cochim a primeira escola portuguesa da Índia, com 100 crianças munidas das famosas *Cartilhas*, para aprender a ler, tendo, no fim, um breve «catecismo da doutrina cristã», como texto prático, para aprender a ler e mesmo a decorar.

Assim, a nossa língua tornou-se a língua-ponte da evangelização no Oriente (e não só), e esse foi o melhor contributo que entregámos a muitos povos. Por isso, já em 1536, o Padre Fernão de Oliveira, na *Gramática da Linguagem Portuguesa*, afirmava, categórico:

Não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados

e amados, porque a semelhança é causa do amor, e mais em as línguas. (Oliveira, 1536)⁵

Prova de que estas profecias se cumpririam no século seguinte é, por exemplo, o facto de o «Rajá Singa Raju, Potentíssimo Emperador de Ceilão» se dirigir aos holandeses, em 1660, na língua dos antigos colonizadores da Ilha, ou seja, em português. (Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1907: 25-192)

A afirmação do insuspeito estudioso da nossa língua, Schuchardt, traduz e resume bem o que pretendemos apresentar a este propósito: que a história dos descobrimentos e das conquistas portuguesas é também, em geral, a história da propagação da língua portuguesa; e Mons. Dalgado acrescenta:

Falava-se português, puro ou crioulo, por toda a Índia, na Malásia, em Pegu, no Bramá, em Ceilão, em Tonquim, na Cochinchina, na China, em Comorão da Pérsia, em Baçora da Turquia [no atual Iraque], em Meca da Arábia. E falavam-no não somente os portugueses e os seus descendentes, mas hindus, maometanos, judeus, malaios e os próprios europeus doutras nacionalidades entre si, e com os indígenas. Serviam-se dele os missionários holandeses nos seus domínios e ainda hoje o empregam os ministros protestantes ingleses

⁴ Sobre as obras que os missionários utilizavam, ver Correia, s. d.: 145-147.

⁵ A *Gramática* de João de Barros (1496-1570) também é de 1536.

na ilha de Ceilão. Era, pois, por longo tempo, a língua franca do Oriente. (Dalgado, 1913: xx)⁶

Também São Francisco Xavier escrevia, a este propósito: «Si de nosa Compañia vienen algunos estrangeros que não saben falar português, hé necesario que aprendan a falar, porque, de outro jeto, não habrá topaz [intérprete] que os entenda» (Romo, 2000: 166). Os intérpretes de Francisco Xavier e de outros missionários faziam a ligação entre as línguas locais e o português, como língua franca que era.⁷ Ele próprio nos dá ainda o tipo de livros, ou «manuais», que se deveriam ler nas escolas:

Ensinar a ler e escrever os filhos dos portugueses, e ensina'los a rezar *as oras de N. Senhora, os sete psalmos, e oras de finados* polas almas de seus pais. Por lá, como V. M. sabe, tudo é ler por feitos, e os filhos dos portugueses, lendo por feitos e mais feitos de Mallaca, ficam feitos malaquazes. (Romo, 2000: 167)⁸

Os *tradutores* das línguas locais para o português e vice-versa tinham aí uma fonte de bons empregos, em todo o Oriente, e encontramo-los desde a África Oriental até ao Japão,

entre os séculos XVI-XIX. O Estado português legislou sobre as suas competências e retribuições (Correia, s. d.: 127). Todos os barcos estrangeiros que se dirigiam ao Oriente levavam sempre tradutores de português, e em todas as feitorias do Oriente do século XVIII se falava-se ainda o português.

Os próprios holandeses levavam sempre nos seus barcos intérpretes de língua portuguesa. Em 1686-1687, na 1.^{er} *Voyage de Siam*, o Padre Tachard faz várias alusões à língua francesa, e afirma que os jesuítas franceses falaram em português, «que era a língua mais corrente no país», com o governador-geral de Batávia e também no Sião (Tachard, 1687: 58-59).⁹ Aqui, o discurso do embaixador da França ao rei de Sião é traduzido para português: «Monsieur l'évêque [de Sião] dit en portugais au seigneur Constance [ministro do rei] à peu près le sens du compliment de son Excellence, et ce ministre l'expliqua au roi en siamois» (Tachard, 1687: 201).

A presença portuguesa foi tal que se tornou a língua do Oriente; de modo que, em 1598, Maurício de Nassau, regente dos Países Baixos,

⁶ Sebastião Rodolfo Dalgado é uma das maiores autoridades no estudo da língua portuguesa no Oriente, também porque foi vigário geral da diocese de Colombo, em Ceilão.

⁷ «Llevo conmigo tres de aquella tierra, los dos son de epístola e evangelio; saben la lengua portuguesa muy bien, y más la sua natural» (Romo, 2000: 166).

⁸ A propósito da utilização da língua portuguesa por S. Francisco Xavier, Romo fala d'«A "Lusitanização" de S. Francisco Xavier e dos seus companheiros espanhóis (1540-1552)» (Romo, 1998). O próprio Xavier chega a dizer, numa carta que escreve na viagem de Malaca para o Japão: «Vamos três *portuguezes* e trez (sic) japães» (Romo, 1998: 578).

⁹ Ver Tachard (1687: 74), em que podem ler-se os termos em que um chefe local se dirige ao P.^e Fontenay em português.

entrega ao almirante Van Neck uma credencial em português para que ele a apresente aos reis e governadores onde chegar e, assim, eles o possam entender. Se a levasse em holandês, sujeitava-se a que ninguém acreditasse em tal mensagem (cf. Lopes, 1936: 28-30).¹⁰ E quando, em 1833, os americanos fazem um tratado com o reino de Sião, veem-se obrigados a fazê-lo em inglês e... português. Por sua vez, em 1687, o primeiro-ministro de Sião escreve aos franceses uma carta em português, à qual o Padre Tachard se refere na sua segunda *Voyage à Siam* (Tachard, 1687: 199 e 204). O autor do documento, em que se insere esta carta, confessa que «les missionnaires français, d'ailleurs très hostiles au Portugal, reconnaissait, vers 1674, que “le portugais est à peu près la seule langue européenne qui soit répandue en Orient”» (*Arquivo Histórico Português*, 1903: 308-314).¹¹

Esta má vontade dos franceses pode dever-se ao facto, não religioso (pois também eram católicos), mas de terem de levar passaporte português, requerido à corte de Lisboa, sempre que se dirigiam ao Oriente. Isso mesmo teve de fazer o Padre Tachard, delegado de Luís XIV ao rei de Sião.

• Portanto, poder-se-ia dizer que, nessa altura, o português era a língua internacional do Oriente, como o é hoje o inglês. Assim o testemunha também Alexandre Hamilton (*A new account of the East Indies*, Londres, 1744):

Não pude encontrar uma pessoa em 10.000 habitantes da Índia que fosse capaz de falar suficientemente inglês; e, pelo contrário, os Portugueses deixaram ao longo das costas vestígios da sua língua, posto que muito corrompida; ela é a língua que a maior parte dos europeus aprendem primeiro para comunicarem uns com os outros, assim como os diferentes habitantes da Índia. (Peixoto da Fonseca, 1959: 189)

Por isso, escrevia o autor de *Memórias de um soldado da Índia* (Costa Lobo, 1877: 101-102):

Lá [em Ceilão] se conserva profundamente impresso o cunho da dominação portuguesa. Ainda hoje a nossa língua é o idioma vernáculo das classes médias nas principais cidades. Uma cristandade numerosa atesta o labor evangélico dos frades franciscanos. Nobres modeliares e pobres pescadores guardam com orgulho os nomes e apelidos que seus avós receberam na pia baptismal.

¹⁰ O referido documento encontra-se no Arquivo de Batávia (Jakarta).

¹¹ Aqui se diz que, já em 1662, havia em Sião «près de deux mille catholiques, presque tous “portugais”, avec un quartier spécial et deux églises. Le capitaine de la nation portugaise le reçut fort bien et prit le soin de lui trouver un logement» (*Arquivo Histórico Português*, 1903: 309). A carta em português encontra-se nas pp. 311-314. O presente documento encontra-se nos *Archives Départementales des Deux Sèvres* (França).

Portanto, um dos melhores contributos prestados à cultura dos povos do Oriente foi certamente a língua portuguesa, que se tornara aí a *língua franca* desses povos e culturas entre os séculos XVI-XVIII. E não é despidendo o contributo da referida Bíblia de Almeida neste processo, pois foi, ao mesmo tempo, efeito desse estado de coisas e do enraizamento qualificado dessa língua franca.

2. Veículos da lusofonia

Os testemunhos independentes que acabamos de constatar são certamente o resultado da colonização portuguesa na Ásia. Mas esta correu o mundo sobre as rodas de quatro veículos fundamentais, que apenas elencamos aqui:

Política: reis e diplomatas portugueses e também soldados;

Missão, por parte da Igreja, cujos missionários foram os principais anunciadores do Evangelho e, conseqüentemente, da língua e cultura portuguesas;

Comércio: não podemos esquecer aqui os comerciantes, sobretudo portugueses, que foram um terceiro veículo muito eficaz para

a implantação do português no Oriente. Estes quase sempre chegaram antes dos políticos e mesmo dos missionários.

Mestiçagem: como estamos a ver, a importância da língua portuguesa no Oriente depende de variados fatores, que não analisamos aqui em profundidade. Não podemos esquecer que isso se deve também ao facto de os portugueses não terem preconceitos raciais, o que favoreceu os casamentos com mulheres locais nas regiões onde aqueles se encontravam.

Da mestiçagem surgiu o nascimento de uma camada populacional de Batávia, que tinha o estatuto de uma certa autonomia, com o seu bairro e a sua igreja. Eram os chamados portugueses pretos.¹² Muitos deles eram simplesmente prisioneiros de guerra, vindos das colónias portuguesas conquistadas pelos holandeses, sobretudo de Malaca. Alguns destes «portugueses» serviam agora os novos senhores da guerra e seguiam até a sua religião, pelo que constituíam o grosso da paróquia portuguesa de Almeida e de outros pastores calvinistas que ocuparam depois o seu lugar.¹³

==

¹² «The Portuguese language was thus the médium of communication between the Europeans and the Natives, for few Europeans could speak Tamil, and many Natives, especially those who were born or brought up in the houses of Europeans spoke Portuguese from their childhood, and knew but little of their mother tongue. This class gave up the Indian and adopted the European style of dress...» (Fenger, 1863: 27-28).

¹³ Estes eram também chamados *mardijkers*, ou seja, escravos libertos (do termo malaio *mardika/merdéka*, «livre»). Outro termo usado era o de *tupas*, de origem indiano (*dubhhasya*; Kempers, 1974: 235). Os nomes mais frequentes desta população eram portugueses e a sua religião, a católica. Daí a importância fundamental da religião no aportuguesamento das populações: o patrão ou padrinho católico dava o próprio nome ao que era seu trabalhador ou escravo, e este assumia a religião do seu protetor.

A língua portuguesa, ou, mais corretamente, um crioulo português, era a língua desta camada da população e um elemento importante da sua identidade. Mas o português invadia outras classes das populações locais, mesmo as casas dos senhores holandeses, que tinham estes «portugueses» ao seu serviço. E, como estes tratavam dos seus filhos, ensinavam-lhes também o português, que se tornava, frequentemente, a língua de toda a família.

Portanto, nunca podemos deixar de lado estes quatro veículos da lusofonia, porque eles operaram quase sempre numa certa sintonia e por uma idêntica missão, a que podemos chamar a *portugalidade*; e dizer *portugalidade* é também dizer lusofonia. Na sua *Gramática da língua portuguesa*, João de Barros tinha já dado o mote a respeito da importância da língua portuguesa.¹⁴

3. João Ferreira d'Almeida e a Bíblia dos «portugueses» do Oriente

Foi neste *húmus* cultural português do Oriente que surgiu a *Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*, o primeiro tradutor de (quase) toda a Bíblia em língua portuguesa. Esta surge no ambiente político e religioso holandês muito concreto de Ceilão, Malaca e Batávia

(atual Jacarta). Mas integra-se no amplo ambiente asiático, onde a cultura portuguesa era predominante, já que era falada por muitos «portugueses». Foi sobretudo para estes «portugueses» que Almeida traduziu a Bíblia. Eram pessoas de todas as raças e condições sociais que falavam um português criouloizado.

O português tornara-se não somente a língua do povo dos principais centros populacionais das costas africana e asiática, mas também da diplomacia, da pregação do Evangelho e do comércio. É neste sentido que compreendemos a luta que Almeida teve de travar para poder continuar a pregar o Evangelho em português em Ceilão, por exemplo, devido ao domínio político holandês, que teimava em impor a sua língua, proibindo a portuguesa. Isso devia-se à identificação de «português» com «católico»; pois os holandeses eram calvinistas, vivendo, portanto, religiosamente, na órbita de Lutero.¹⁵

Se a recuperação de Ceilão e outras possessões portuguesas perdidas para as mãos dos holandeses não passava de uma quimera, a partir da década negra de 1640-1650 ficava a Portugal a secreta mas firme esperança da sobrevivência da religião católica e da língua

¹⁴ «Çerto he que não á hy gloria que se possa comparar a quando os minimos Ethiopas, Persianos, indos daquém e dalém do Gange, em suas próprias terras, na força de seus templos e pagodes onde nunca se ouviu nome romano, por esta nossa arte aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fe que nella vam escritos» (Barros, 1971: 171); ver Neto, 1992 e 1970: 533-570; Cortesão, s. d.: 363-371.

¹⁵ A palavra «português» não tinha um sentido apenas genético, mas também cultural. Por isso, quando o missionário dinamarquês Ziegembalg descreve a população da região de Tranquebar, afirma: «The inhabitants consist partly of white Europeans, partly of half-white Portuguese, partly of yellow Moors, but principally of black-brown Malabarians».

portuguesa — já que as duas andaram sempre de mãos dadas. Estas componentes da *portugalidade* constituíam um prolongamento efetivo da presença portuguesa, para além da decrepitude do império português, que se adivinhou a partir da perda da independência de Portugal. Ora, o maior monumento da portugalidade, da lusofonia, no Oriente dessa época, é, precisamente, a Bíblia de Almeida, já que ela sedimentou, prolongando no tempo, até hoje, a lusofonia em várias partes do mundo, nos países de língua oficial portuguesa.

Almeida, que pregava continuamente acerca da Bíblia, a partir de um texto em holandês, ou noutra língua conhecida, sentiu cedo a necessidade de uma versão bíblica em português; porém, era preciso usar a língua com especial cuidado, pois a Companhia holandesa, desde o princípio, intentava contrariar as influências portuguesas, dado que Portugal era o seu mais perigoso adversário e concorrente. Sob o ponto de vista político, era desejável expelir a língua portuguesa, mas isso não era possível em toda a parte, e os pastores sempre alegavam que, sendo o português a língua dos missionários e dos cristãos católicos, deviam ensinar o Evangelho em português, para utilizar as mesmas armas e o mesmo público.

A guerra que os holandeses fizeram à língua portuguesa, precisamente no tempo de Almeida, prova-se por um outro documento insuspeito, o de *Oud Batávia*:

As medidas que o Governo de Batávia tomou no séc. XVII para favorecer o uso da língua holandesa não deram o resultado desejado. Pelo contrário, os próprios holandeses se viram obrigados a falar a língua portuguesa em casa com as suas mulheres mestiças, com as suas criadas e com os seus escravos; e o mais interessante é que achavam isto natural, pois, como o Governo confessava em 1674 com graça, «os Holandeses consideravam uma grande honra saberem falar uma língua estrangeira» [...]. Naquela época predominava a língua portuguesa de tal modo que a falavam até os escravos oriundos das ilhas de Bali e das Célebes... (De Haan, 1919, I: § 965)¹⁶

Ora, em vez de o holandês matar o português, como o pretendiam os seus chefes no Oriente, foi o holandês que recebeu uma certa quantidade de vocábulos portugueses — umas 200 palavras e locuções, como o demonstrou De Haan na sua obra. A força do português era tal que os holandeses tiveram de fazer decretos e tomar medidas contra ela, o que

¹⁶ O texto de *Oud Batavia*, de F. de Haan, é citado também em Botelho de Amaral (1943, X: 190-191), em Lopes (1936: 67-76) e Huet (1909: 150). O português ganhava cada vez mais adeptos, devido à estupidez dos próprios holandeses, que preferiam falar uma língua estrangeira, por mais corrompida que ela fosse, em detrimento da sua língua materna. Com os escravos, falavam apenas em português, «ainda que a maior parte destes escravos fossem originários do Oriente e que esta língua fosse para eles completamente nova» (De Haan, *Opkomst van het Nederl. gezag in Oost-Indie*, VI, p. 125 confirmar se o autor deste título é mesmo De Haan, não será Van Het?, completar a referência também na bibliografia, data?; ver Huet, 1909: 169-170.

aconteceu em 1641, 1676, 1713, 1777, 1778, 1786 e 1788 (Lopes, 1936: 106).

Do lado católico-lusitano, não havendo ainda uma Bíblia completa, o contributo fundamental para a aprendizagem da língua e mesmo da religião portuguesa era constituído pelas escolas de catecismo das aldeias cristãs, organizadas por Francisco Xavier e certamente por todos os jesuítas e outros missionários em diversos lugares do Oriente.

4. O culto religioso calvinista em português

Este foi mais um instrumento poderoso no enraizamento da lusofonia; mas foi permitido apenas em 1664, em Batávia. Já em 1634, constata-se que o português é ainda mais conhecido que o malaio, língua materna das pessoas da região, e permitem mesmo que os pastores ensinem a catequese e preguem em português. Esse foi um recurso importante para a durabilidade da nossa língua no Oriente, já que a liturgia tende para a fixação das tradições.

Os paroquianos da comunidade cristã portuguesa de Batávia eram os chamados *marykers*, ou seja, escravos libertos de várias origens, que se tinham tornado protestantes calvinistas. O Governo holandês avisa-os de

que, se quisessem ser oficiais nas Companhias onde estavam inseridos, deveriam falar holandês, mas isso não deu qualquer resultado. O certo é que o seu número e o da língua cresciam cada vez mais (Lopes, 1936: 108).

Batávia, que tinha sido fundada em 1618 sobre as ruínas de uma antiga aldeia nativa, tornara-se capital do império holandês, mas também (quase) capital da língua portuguesa no Oriente. Interessantíssima é a defesa da língua portuguesa por parte de dois colaboradores na Bíblia de Almeida, os pastores que lhe seguiram na direção da comunidade «portuguesa» calvinista de Batávia, Jacobus op den Akker e Augustus Tornton, em março de 1707.¹⁷ Esta defesa acérrima do português em Batávia pretendia contrariar o projeto dos pastores malaios de unir portugueses e malaios na mesma comunidade e no mesmo culto, com o fim de fazer desaparecer a língua portuguesa. Trata-se de um documento com várias páginas, que rebate, ponto por ponto, todos os argumentos dos malaios. O certo é que, contra todas as evidências, o governador holandês colocou-se do lado dos malaios, como se esperava.¹⁸ Um dos argumentos destes pastores, como nota Huet,

c'est que la communauté portugaise de Batavia ne se rattache pas à une communauté

¹⁷ E não em 1908, como aparece, devido a uma gralha tipográfica, no vol. X, 3-4, da *Revista Lusitana* (1909: 161).

¹⁸ Este episódio foi escrito pelo nosso conhecido Valentijn, em *Oud eu Nieuw Oost-India* (Valentijn, 1724, IV, 2: 101 e ss.); Huet, 1909, nas pp. 151-161, traduziu o texto do holandês para o francês; ver Lopes, 1936: 109-112.

qui y aurait été fondée jadis par les portugais; en effet, il ne semble pas que les Portugais du temps de leur hégémonie dans l'Archipel, aient jamais eu un établissement permanent à Djakarta, devenu plus tard Batavia.¹⁹ (Huet, 1909: 163)

Este incremento da língua portuguesa na Ásia, a que se referem os dois insuspeitos pastores calvinistas, deve-se ao fenómeno tipicamente português da mestiçagem, de que já falámos acima, pois os portugueses nunca foram racistas, como acontecia com outros povos europeus.²⁰

Mas — não sejamos ingênuos — o uso do português na igreja calvinista de Batávia pretendia certamente também sufocar o resto da formação católica em que esta população tinha sido educada e ensinada. Este era certamente um argumento de política religiosa nada desprezível para o inteligente João Ferreira de Almeida, para além do seu possível patriotismo linguístico e cultural português, que nunca abandonou.

A comunidade portuguesa de Batávia teve o seu auge no tempo do português Almeida. Esta era tão grande que foi necessário edificar duas igrejas para o seu culto em português.

Uma foi edificada em 1673, dentro da cidade, e outra fora da cidade, no fim do século XVII. Pregaram nelas muitos ministros holandeses, sendo Almeida o único ministro pregador calvinista português. O primeiro que aí pregou foi o holandês Molineus, em 1634; o último foi Engelbrecht, em 1808, falecido no dia 23 de setembro desse ano. Almeida pregou aí entre 1663 e 1689, isto é, durante 26 anos. O português foi uma das línguas faladas em Batávia, capital do império holandês do Oriente, durante dois séculos; e, durante um século, a mais falada de todas (Lopes, 1936: 114; Chaves, 1913: 82).

5. A Bíblia de Almeida e a criouliização da língua portuguesa no Oriente

A expansão da nossa língua no Oriente (e noutras partes do mundo) levou à formação de crioulos portugueses locais, como diferentes adaptações da língua-padrão. Estes crioulos diferem uns dos outros, segundo o grau de influência das línguas locais no português padrão. Este crioulo permaneceu como língua franca e da diplomacia até ao fim do século XIX, ou seja, ainda durante o império inglês. Vejamos ainda um texto de uma das nossas fontes mais recentes (1843):

¹⁹ Depois deste primeiro esforço em reduzir a importância da língua portuguesa em Batávia, em 1712, a comunidade portuguesa tinha umas 4000 pessoas, aumentava umas 200 por ano e tinha três pregadores da de? língua portuguesa. Em 1770 ainda aí havia as duas igrejas de língua portuguesa, descritas por Valentijn; mas a comunidade portuguesa tinha perdido importância (Huet, 1909: 163-164). Outros golpes foram desferidos em 1777, 1778, 1786 e 1788 (ver Huet, 1909: 169).

²⁰ Sobre o fenómeno da mestiçagem nos territórios por onde passaram os portugueses, ver Mendes Corrêa, 1940: 123-125; sobre os efeitos da mestiçagem para a na língua portuguesa, ver Neto, 1970: 534-536.

A língua portuguesa era, assim, o meio de comunicação entre os europeus e os naturais [da costa de Coromandel], porque poucos daqueles poderiam falar tamul e muitos destes, especialmente os que tinham nascido ou tinham sido trazidos para as casas dos europeus, falavam português desde a infância e conheciam muito pouco da língua materna. (Fenger, 1863: 27)²¹

Ainda no século passado se fizeram fecundos estudos sobre o português crioulo do Oriente, sobretudo na Índia (cf. Dalgado, 1998; Tomás, 1922). A este propósito, não é de descurar o facto de, na década de 1960, haver ainda milhares de alunos indianos a estudar português nas escolas dos vários ciclos.²²

Portanto, o português falado no Oriente irá acabar, não com leis holandesas, mas com a degeneração e a «crioulização» que o descaracterizaram completamente, integrando-se progressivamente na língua da região, o malaio, e no holandês, língua oficial.

Por isso, ainda hoje a presença de elementos do português nessas línguas não é, de modo nenhum, de desprezar. Cerca de 155 termos ficaram na língua malaia, «a quase totalidade das palavras de procedência europeia, cabendo ao holandês, língua do povo dominador, uma parte mínima e, ao inglês, uma parte insignificante» (Lopes, 1936: 78 e ss.).²³

6. A *endurance* da língua portuguesa: os livros

Eduardo Moreira, na sua pequena obra *História da Igreja lusitana* (1949), faz uma afirmação importante, quase profética: a Bíblia de Almeida vai continuar a sua caminhada pelas estradas da cultura portuguesa, apesar de todos os avatares da história e do espaço geográfico onde nasceu:

Alexandre Dallas, capelão anglicano na Península, em 1812-1813 interessou-se pela evangelização das duas nações, como Henri Martyn, missionário anglicano ao Oriente, rogara à Sociedade Bíblica de Londres, em 1811, que publicasse a Bíblia na nossa língua, de-

²¹ A obra de Fenger, *History of the Tranquebar Mission*, escrita em dinamarquês, em 1843, foi traduzida para o alemão e desta língua para inglês (Lopes, 1936: 62).

²² Em 1959-1960, o ensino primário feito em língua portuguesa contava com 132 escolas, com 27.802 alunos, 264 professores efetivos, 36 agregados e 206 regentes escolares; em 1960-1961, havia 135 escolas com 25.344 alunos, 242 professores efetivos, 44 agregados e 176 regentes escolares. Havia ainda escolas que ministravam o ensino em duas línguas: português-marata – 4 escolas e 4 professores efetivos, com um total de 285 alunos (1959-60); português-urdu – 12 escolas (10 em Goa, 1 em Damão e outra em Diu), com 813 alunos (1960-61); português-guzarate – 11 escolas (6 em Damão e 5 em Diu), com 986 alunos (1959-60); ver Saldanha, 1967: 388-389.

²³ Sobre a influência do português nas línguas do Oriente, ver, por exemplo, Fokker (1905), Viana (1905), Dalgado (1913 e 1919-1921). O *Glossário luso-asiático*, de Dalgado, é uma obra essencial para compreender a mestiçagem do português com outras línguas do Oriente. Para isso, o vol. II apresenta-nos um índice de termos e um apêndice. Sobre Mons. Dalgado, ver Peixoto da Fonseca (1959: 118-191 e 210-218), e Marre (1881). Aí afirma-se que o português é falado por uma parte da população da Índia francesa. Heyligers (1889: 55-59) apresenta-nos uma enorme lista de «mots de langues polynésiennes tirées du portugais».

certo tendo em vista a expansão evangélica nas terras do Leste, onde o português era a língua franca. (Moreira, 1949: 19)

É então que começam a surgir as edições, sobretudo parciais, da Bíblia de Almeida, espalhadas por todos os territórios da lusofonia, e não só. Até hoje, segundo os meus cálculos, foram impressos uns 200.000.000 de exemplares desta Bíblia. Só no Brasil são impressas cerca de 5.000.000 de edições da Bíblia de Almeida por ano e em várias editoras. Isto para não falar de outros países e territórios onde se fala português.

Depois de abandonar politicamente essas terras, a língua portuguesa, em forma crioula, permaneceu algum tempo ainda entre europeus e asiáticos, mesmo dentro do império britânico e holandês. Tal aconteceu sobretudo em Malaca, Djakarta e Ceilão, como veículo de contacto linguístico privilegiado por colonizadores e missionários na interação com os povos indígenas. Assim, um inglês do século XVIII, nada deslumbrado com a administração portuguesa dos seus territórios ultramarinos, afirmava:

Causa admiração quão vastas possessões os Portugueses tiveram outrora na África, Arábia, Pérsia, nas costas do Malabar e de Coromandel, Cellão, Bengala, Malaca, nas ilhas das especiarias, Macau, etc. [...]; não obstante isso, eles podem orgulhar-se de terem criado uma espécie de língua franca em todos os portos da Índia, muito usada entre os Europeus; sem ela, ser-lhes-ia difícil, em muitas partes, fazerem-se compreender bem. (Lopes, 1936: 49)

6.1. Os livros religiosos, e outros, em português

Os missionários tinham de saber a língua franca, ou seja, o português, para poderem anunciar a fé a esta gente.²⁴ O mesmo teve de fazer a maior parte dos missionários calvinistas holandeses.

Para isso, tiveram necessidade de livros em português para aprender a nossa língua, mas também de livros bíblicos e outros livros religiosos para alimentar a fé cristã destes novos cristãos de Batávia;²⁵ surgiu, assim, uma longa série de livros em português, tanto na Holanda como em Batávia e, sobretudo, Tranquebar (Índia). Aí havia catecismos e outra literatura religiosa, mas pontificava a Bíblia de Almeida.

²⁴ «Il paraît bien certain que pendant une longue série d'années les prédicateurs de l'Évangile ont prêché en Portugais tant dans l'île de Java qu'ailleurs. Pour preuve, nous nous référons à un auteur des plus connus du 18^{ème} siècle qui traitant des Indes Orientales nous dit qu'encore vers la fin du 17^{ème} siècle un traitement plus élevé était réservé aux prédicateurs qui ne prêchaient non seulement en Hollandais mais aussi dans la langue du pays et en Portugais [Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indiën*, 1724-1726]» (Heyligers, 1889 : 13).

²⁵ *Não temos oportunidade de considerar aqui os instrumentos literários que ajudavam a aprender as línguas, como foram os vocabulários ou dicionários, as gramáticas do português e das línguas locais – umas 350 –, as obras religiosas ou profanas que correram o Oriente, em forma manuscrita ou impressa, bilingues, na sua maioria, ou seja, em português e canarim, tamul, cingalês, malaio, bengali, anamita, chinês e japonês. Entre as gramáticas, merece apreço a gramática indostânica, marasta, canarim, malabar, brâmana, japonesa.*

Fabrício, citando outros autores, deixa-nos o testemunho da língua e obras portuguesas em Batávia: *Le catéchisme de Heydelberg; La confession belge; La liturgie et la discipline ecclésiastique en langue grecque malabar et l'ont fait imprimer, et envoyer des exemplaires à Constantinople...*²⁶

Relacionado com este fenómeno importante da lusofonia, nos séculos em que nos encontramos, está o facto de se fazerem muitas *traduções* do português para as línguas locais e vice-versa.

Os missionários, católicos ou protestantes, pedem com urgência **livros** de cultura cristã para seu uso pessoal e dos povos sob o domínio português; entre esses livros, *são pedidas* Bíblias e catecismos. Assim, João Rodrigues (ou Roiz) é destacado por Duarte de Meneses de Cochim para Goa, a fim de aí ensinar português. Na sua bagagem vão 50 Cartilhas, 5 Fros Samtorum e 4 Avanjeliorum (Silva Rego, 1947, I: 419-421, doc. 194).

Não há dúvida de que os missionários foram os melhores divulgadores da língua portuguesa e os menos interessados materialmente. Assim, uma voz vinda da Holanda, no fim do século XIX, confirma esta afirmação:

Inutile d'ajouter que l'oeuvre des missionnaires introduisit en même temps les premiers éléments de la civilisation européenne et les idées des conquérants, tandis que les mœurs commençaient à s'adoucir sous l'influence du christianisme. (Heyligers, 1889 : 12)

A expansão da língua portuguesa exigia, para além das gramáticas, os dicionários ou vocabulários de português e das línguas locais. Ainda no século XIX, escrevem-se dicionários e gramáticas para explicar o português crioulo: Domenicus (1870) escreve o *Novo glossário de holandês, malaio e português, de grande interesse para os que pela primeira vez chegam a Batávia*; Berrenger (1811) escreve *A grammatical arrangement on the method of learning the corrupted Portuguese as spoken in India*; Fox (1819) escreve o *Dicionário Inglês-Português de Ceilão*, com sucessivas reimpressões na tipografia dos missionários Wesleyanos até 1859 (Dalgado, 1998: 19-20).²⁷

Obras clássicas em língua portuguesa são publicadas no Oriente: o *Colóquio dos simples e drogas*, de Garcia da Orta, em Goa, 1563; Fernão Mendes Pinto aí escreveu a sua *Peregrinação*. E, para além de todos, o poema nacional que mais profundamente exprime a importância

²⁶ Em Jean Brun, *La véritable religion des Hollandais*, Amst., 1675, p. 71. E continua: «Dans la ville de Batavia, qui est la capitale de la Compagnie, et comme l'Académie, aussi bien que la résidence du général, l'on catéchise toutes les semaines huit à neuf fois, en langue indienne et portugaise [...]».

²⁷ O austríaco Hugo Scuchardt é quem escreve a mais vasta recolha de crioulos portugueses, no seu *Kreolischen Studien* (1882-1891).

do português, *Os lusíadas*, escrito durante os 17 anos em que Camões permaneceu na Ásia.

Conclusão

A expansão da língua portuguesa nos territórios onde Almeida e outros missionários exerceram o seu ministério pastoral diz-nos bem o *porquê* e *para quem* traduziu a Bíblia. Ora, se a traduziu para a nossa língua é porque o português, a lusofonia, era uma realidade profunda e evidente. A sua Bíblia é, sem dúvida, um poderoso argumento a favor da lusofonia nas longínquas paragens orientais.

Quando se traduz uma Bíblia pensa-se que ela irá ser lida por muitíssimas pessoas. Portanto, o próprio Almeida tinha consciência de que a língua portuguesa iria ter leitores ao longo de séculos. Não imaginava certamente que, tal como o império português estava a cair diante dos seus olhos, também o império holandês iria cair às mãos dos ingleses. Penso mesmo que Almeida imaginava todo o Oriente nas mãos dos holandeses a falar português.

Talvez imaginação a mais, mas para afirmar uma outra convicção: Almeida pensou certamente traduzir a Bíblia para os seus paroquianos «portugueses» de Batávia e para os de outras colónias holandesas. Mas provavelmente nunca sonhou que a sua Bíblia chegasse a Portugal, ao Brasil e a outros territórios onde ainda se fala a língua portuguesa. O seu imaginário imediato não deve ter abarcado tão ampla perspetiva. E, no entanto,

foi o seu Portugal que lhe «salvou» a Bíblia. Com o desaparecimento dos portugueses e a consequente desapareção da língua portuguesa naqueles territórios, teria desaparecido a sua tradução da Bíblia.

Por não ter podido entrar em Portugal, a não ser muito mais tarde e apenas na estreita faixa populacional do protestantismo português, a Bíblia de Almeida, como obra literária, não teve praticamente nenhuma influência no evoluir da língua portuguesa. E este é um aspeto menos positivo, que não poderíamos esquecer. O problema que se coloca, a propósito do português de Almeida, é se, de facto, ele falava o português popular dos bairros de Batávia ou o português literário, que nos legou na sua Bíblia.

Uma conclusão deste breve estudo poderia ser tirada das palavras do sábio goês Mons. Dalgado: «Nenhuma nação colonial tem menos egoísmo de raça e mais tendência à identificação com os indígenas que a portuguesa» (Dalgado, 1913: xvi). No século XXI, cumpriu-se a profecia do mesmo Mons. Dalgado, quando afirma, ainda:

E quando porventura, pelo perpassar dos séculos, o português não for falado na pátria de Valmíqui e Viássa, contudo os vocábulos da bela língua de Camões, adotados e naturalizados nos idiomas indígenas, não perecerão jamais, mas perdurarão juntamente com os mesmos idiomas. (Dalgado, 1900)

João de Barros não é menos incisivo, quando afirma, de modo análogo:

Armas e padrões portugueses, postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da Terra, materiais são e pode-as o tempo gastar; porém *não gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras leixarem*. (Barros, 1971: 405; cf. Laborinho, 1994)

Uma das causas de tudo isto, certamente a par da maior facilidade de aprendizagem, em relação com o holandês, o inglês ou o dinamarquês de Tranquebar, poderá encontrar-se no que o insuspeito viajante Van Schouten dizia, em meados do século XVII: «Os Portugueses são mais lisonjeiros e insinuantes e, deste modo, captam muito mais a confiança dos Índios do que os holandeses, que são mais frios e de maneiras menos atraentes» (Matos, 1968: 19-20).

Por tudo isto, podemos dizer que a história da expansão portuguesa no Oriente teve como consequência direta e principal a expansão da língua portuguesa nesse espaço geográfico. Mas a Bíblia de Almeida foi o maior monumento literário da lusofonia dessa época e ainda continua de pé e com toda a segurança, com os seus 200.000.000 de exemplares editados em português.

Bibliografia

Alves, H. (2004). A língua portuguesa no Oriente. Em: M. A. P. González (ed.). *Las razones del corazón*. Ediciones Naturaleza y Gracia. Salamanca;

Alves, H. (2005). A Bíblia nas missões portuguesas. *Didaskalia*, **XXXV**: 701-720;

Alves, H. (2006). *A Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*. Sociedade Bíblica de Portugal/Sociedade Bíblica do Brasil/Difusora Bíblica. Lisboa/Fátima/São Paulo;

Arquivo Histórico Português (1903). **I**, 9: 308-314;

Barros, J. (1971). *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. (Ed. de M. L. C. Buescu). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa;

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (1907). **25**: 25-192;

Botelho de Amaral, V. (1943). *A bem da língua portuguesa*. Livraria Castro e Silva. Portugal. Vol. X;

Chaves, L. (1913). O português em Ceilão. *Revista de Portugal*, **V**;

Correia, J. M. (s. d.). Missionação. Em: Os portugueses no Malabar (1498-1580). Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional. Lisboa;

Cortesão, J. (s. d.). *Descobrimentos portugueses*. Arcádia. Lisboa;

Cortesão, J. (s. d.). *História da expansão portuguesa*. Em: *Obras completas*. INCM. Lisboa;

Costa Lobo, A. de S. S. (ed.) (1877). *Memórias de um soldado da Índia*, compiladas de um manuscrito português anónimo do Museu Britânico. Imprensa Nacional. Lisboa;

Dalgado, S. R. (1900). *Dialecto indo-português de Ceylão*. Imprensa Nacional. Lisboa;

Dalgado, S. R. (1913). *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas*. Academia das Ciências. Lisboa;

Dalgado, S. R. (1919-1921). *Glossário luso-asiático*. Imprensa da Universidade. Coimbra. 2 vols;

Dalgado, S. R. (1998). *Estudos sobre os crioulos indo-portugueses*. (Introd. de M. I. Tomás). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa;

De Haan, F. (1919). *Oud Batavia, livro comemorativo publicado pela Sociedade das Artes e*

- Ciências de Batávia*, por ocasião do 300.º aniversário da cidade. G. Kolff & Co. Batavia. T. I;
- De Haan, *Opkomst van het Nederl. gezag in Oost-Indie*, VI
- Fenger, J. F. (1863). *History of the Tranquebar mission worked on from the original papers*. Evangelical Lutheran Mission Press, Tranquebar;
- Fokker, A. A. (1905). O elemento português na língua malaia. *Revista Lusitana*, VIII: 1-4;
- Heyligers, J. C. Th. (1889). *Traces de portugais dans les principales langues des Indes néerlandaises*. Belinfante Frères. La Haye;
- Huet, G. (1909). La communauté portugaise de Batavia. *Revista Lusitana*, XII, 3-4: 150-168;
- Kempers, A. J. B. (1974). Portuguese and «Portuguese» in Old Batavia. Em: *In Memoriam António Jorge Dias*. Separata do vol. I;
- Laborinho, A. P. (1994). A questão da língua na estratégia da evangelização: As missões no Japão. Em: R. Carneio e A. T. de Matos (ed.). *O século cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)*. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Instituto de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa;
- Lopes, D. (1936). *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*. Portucalense Editora. Barcelos;
- Marre, A. (1881). Notice sur la langue portugaise dans l'Inde française et en Malaisie. *Annales de l'Extrême-Orient*;
- Matos, L. de (1968). O português – Língua franca no Oriente. *Colóquio sobre as Províncias do Oriente*. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa. Vol. II;
- Mendes Corrêa, A. A. (1940). *Congresso do Mundo Português – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso)*. Comissão Executiva dos Centenários. Lisboa. Vol. XIV;
- Moreira, E. (1949). *História da Igreja lusitana*. Sínodo da Igreja Lusitana Católica, Apostólica Evangélica. Lisboa;
- Neto, S. da S. (1970). *História da língua portuguesa*. Livros de Portugal. Rio de Janeiro;
- Neto, S. da S. (1992). *História da língua portuguesa*. Presença. Rio de Janeiro;
- Oliveira, F. de (1536). *Gramática da Linguagem Portuguesa*
- Peixoto da Fonseca, F. (1959). A influência do português nas línguas estrangeiras. Em: V. B. do Amaral (ed.). *A bem da língua portuguesa – Estudos críticos de filologia*. Livraria Castro e Silva. Lisboa. Vol. X;
- Romo, E. J. A. (1998). A «lusitanização» de S. Francisco Xavier e dos seus companheiros espanhóis (1540-1552). *Brotéria*, 147: 565-580;
- Romo, E. J. A. (2000). *Los escritos portugueses de San Francisco Xavier*. Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho. Braga;
- Saldanha, M. (1967). Alguns aspectos da situação linguística na Índia Portuguesa. Em: *As províncias do Oriente, I, Curso de extensão universitária (1966-1967)*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Lisboa;
- Silva Rego, A. da (1947). *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente. Índia (1499-1522)*. Agência Geral das Colónias. Lisboa. Vol 1;
- Tachard, G. (1687). *Voyage à Siam des Pères Jésuites envoyés par le roi aux Indes et à Chine avec leurs observations astronomiques*. Chez Pierre Mortier. Amsterdam;
- Tomás, M. I. (1992). *Os crioulos portugueses do Oriente – Uma bibliografia*. Instituto Cultural de Macau. Lisboa;
- Valentijn, F. (1724). *Oud eu Niew Oost-India*. J. Van Braam/G. Onder Linden. Dordrecht/Amsterdam. T. IV, Vol. 2;
- Viana, A. dos R. G. (1905). Vocabulário malaio derivado do português. *Revista Lusitana*, VIII: 4-28.